

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de Geografia

TGI- Trabalho de Graduação Individual.

Lucas Delgado Rodrigues

Perspectivas sobre a relação da cidade de São Paulo com a “Natureza”.

São Paulo

2016



Capítulo I – Natureza Moderna.

1.1. Origens ocidentais da “Natureza”	9
1.2. Ciência separada da natureza, humanidade separada da terra	13
1.3 Ciência, “Estado” e a experiência urbana da natureza em São Paulo	21

Este capítulo apresenta o diálogo possível entre Pepper (2000) e Seabra (1987). De início, localizou-se historicamente o conceito moderno de “Natureza”; junto aos movimentos modernos europeus de colonização e ao desenvolvimento da “ciência clássica” (Pepper, 2000). Para Pepper (2000), valores seculares associam-se ao capitalismo, sendo que o “tecnocentrismo” constituiria o espectro geral das ações com relação à “Natureza”. Nessa perspectiva, relacionam-se ideias deste autor às de Seabra (1987) e assim, formas mundiais de apropriação da “Natureza” são pensadas a partir do exemplo específico da urbanização da cidade de São Paulo. Estas formas de apropriação não referem-se somente ao uso característico dos chamados “recursos naturais”, mas também, à própria definição da “Natureza” enquanto entendimento da realidade.

Num segundo momento, melhor se defini a perspectiva de “ciência moderna” admitida nesta pesquisa, isto se faz, novamente, pela aproximação entre Pepper (2000) e Seabra (1987). Ambos os autores corroboram para a noção de que a altíssima concentração da propriedade de terras é aspecto fundamental na espacialização da sociedade moderna. A partir disso, pensa-se a “ciência moderna” que é suportada pela dissociação da terra, ou de boa parte dela, da experiência diária do meio urbano (mais especificamente o paulistano). Isto equivale a dizer que a forma oficial de propriedade de terras influi diretamente no “saber” sobre as terras e vice-versa. A autoridade da “Ciência” sobre a população reside, em parte, no fato de que a “Ciência” descreve coisas que estão distantes da população, muitas vezes confinadas às terras cercadas no interior do país.

A relação da cidade com seus principais rios (Tietê e Pinheiros) permite analisar-se desde a apropriação da “Ciência” pelo “Estado” à experiência subjetiva da “Natureza”. O primeiro capítulo, de maneira geral, introduz conteúdos desenvolvidos mais profundamente nos dois capítulos seguintes. Estes conteúdos apresentam-se a partir de suas necessárias articulações, mostrando-se enquanto momentos e lugares decisivos na paisagem paulistana. A ausência da Mata Atlântica na cidade mostra-se como fator muito relevante na concepção de “Natureza” materialmente sugerida pela experiência da cidade. Dean (1997) fornece elementos para a caracterização dessa ausência, tais como o processo de destruição de culturas pré-cabralinas e da própria mata. A “crise hídrica” e a relação da cidade de São Paulo com os rios e com a água, de maneira geral, são questões que permeiam toda esta pesquisa. Especificamente, no terceiro tópico deste capítulo, a publicidade da “SABESP” destaca-se como elemento da

percepção da água na metrópole paulistana e de forma ampla, como representação da “Natureza” pelo “Estado”.

1.1 Origens ocidentais da “Natureza”:

Pepper (2000) aborda o tema das relações entre o pensamento humano e o mundo ao redor na obra “Ambientalismo Moderno”, especialmente nos capítulos 3 e 4. Nessa ordem: “Ideias modernas e pré-modernas acerca da natureza e da ciência” e “As raízes modernas do ecocentrismo”.

“Se a maneira como observamos a afinidade da sociedade com a natureza se relaciona com o que fazemos à natureza num dado momento, então podemos equacionar as formas econômicas e as relações sociais de produção com as diferentes concepções de natureza.” (PEPPER, David, 2000. p: 204).

Pepper associa a ascensão da ciência clássica ao que seria, para ele, a noção moderna de “Natureza”. O autor considera, ainda, que esta visão de “Natureza” é uma exceção historicamente, se comparada às visões pré-modernas (como a medieval, da grande cadeia natural da existência) ou à concepção romântica (do chamado Romantismo) –não exclusivamente- de que a “Natureza” tem valor intrínseco que independe do usufruto humano. No âmbito da ciência, mais propriamente, ele reconhece a “pós-modernidade” no trabalho de físicos do século XX.

Posteriormente, as possíveis relações entre o heliocentrismo de Copérnico e a substituição da economia feudal serão discutidas. Se antes, a “ausência” da Terra no centro do universo relacionou-se ao capitalismo emergente, hoje, o universo que é reconhecido como limite de nossa capacidade de observação devolve a Terra ao centro.

Ao menos na definição do autor aqui estudado (Pepper), o entendimento de que a humanidade insere-se no contexto superior da “Natureza” como um todo é comum a diversos grupos humanos e vários momentos históricos: Está presente no feudalismo e na visão de pensadores do século XX, além de artistas e cientistas românticos. Humbolt estudou filosofia hindu, no possível intuito de assimilar uma concepção de totalidade menos ecologicamente destrutiva (em que a visão de integração com a natureza é decisiva).

Pode-se até afirmar que a atual ciência moderna reconheça a inclusão da humanidade em eventos maiores, como a evolução natural das espécies e a grande explosão do início dos tempos.

Todavia, a premissa de que a sociedade moderna opõe-se à “Natureza” não deixa de ser pertinente ao entendimento da atual vida urbana paulistana. Ainda que esta oposição revele-se fantasia.

De fato, a visão científica que se entende como a ciência – o saber- por excelência (ciência dominante, ciência moderna), associa-se aos processos de colonização que moldaram dinâmicas territoriais reconhecidas por muitos autores como precursoras ou base do mundo moderno. A “ciência moderna” é a forma característica da geografia de conhecimentos e sabedorias num dado contexto de apropriação (nos diversos níveis) da “Natureza”. Ou seja, é a efetiva disposição dos conhecimentos na produção do espaço.

O caderno de história e ciências sociais “**Debate y perspectivas**”, na coletânea “*Las tinieblas de la memoria; Una reflexión sobre los imperios en la Edad Moderna*”, apresenta capítulo de Felipe-Fernández-Armesto.

Armesto (2002) descreve como a Europa, continente das nações imperiais nas grandes navegações, havia antes parecido pouco técnica e científica (no saber ontológico, em que saber é estar ciente), quanto mais suntuosa, se comparada aos grandes impérios asiáticos. Comenta também como o excesso populacional e a fome estimularam movimentos de colonização europeus. O título do capítulo em questão é “Los imperios en su contexto global c.1.500 – c. 1.800”.

O autor descreve grandes impérios “nativos” asiáticos e africanos, mencionando o comportamento expansionista destes.

Os impérios “nativos” da América Central e do Sul também são amplamente reconhecidos pela complexa organização social e por conhecimentos astronômicos sofisticados.

Reconhece-se, todavia, a importância da colonização europeia na constituição do mundo moderno. Por vezes, o “grau” de civilização é utilizado como justificativa para

intervenções colonizadoras. Todavia, Armesto (2002) destaca que muitas vezes a situação de miséria interna é que move esforços de conquista territorial.

“Ser pequeño, pobre y periférico, sin embargo, no equivale a estar incapacitado para las empresas imperiales. Desde costas estrechas y terrenos paupérrimos han surgido algunos de los mayores esfuerzos colonizadores de la historia de la humanidad. Donde las posibilidades imperiales hacia tierra adentro eran limitadas, el anhelo conquistador se manifestaba hacia afuera. El ejemplo clásico, en todos los sentidos de la palabra, fue el de la Grécia antigua, <<hermana de la pobreza>>..., como la llamó Hesíodo.” (ARMESTO, Felipe-Fernández, 2002, p.33).

Nesta condição, a generalização da “premissa de escassez natural” (como em Malthus) pode ser associada aos movimentos modernos de colonização. E até mesmo, para alguns, ao “berço do ocidente”; Grécia Antiga.

Talvez, aqui exista uma situação em que a “naturalização” de fenômenos sociais se tenha dado através do não reconhecimento da “natureza social” do contexto de formação de uma visão de “Natureza”.

Condições momentâneas de população e disputas territoriais européias, bem como da capacidade de extração de recursos da terra, podem ser relacionadas à expansão territorial numa concepção de mundo em que as iniquidades e os conflitos humanos se expliquem, até certo ponto, como inevitáveis atributos de uma natureza já conhecida; com suas correspondentes limitações de recursos.

O período abrangido pela concepção majoritária (do senso comum) de “Natureza” aqui admitida refere-se ao estabelecimento de uma economia global durante as grandes navegações até os dias de hoje.

De volta a Pepper (2000), a cerca de Cosgrove:

“De facto, Cosgrove (1990) especula que as perspectivas modernas podem ser histórica e culturalmente uma espécie de desvio temporário. As nossas experiências durante a maior parte do tempo têm-nos em geral conduzido a vermos-nos a nós próprios e à natureza como um todo unificado. O período moderno não foi mais que uma interrupção de um ponto de vista que exerceu muito poder nos tempos pré-modernos e que está novamente a ganhar crédito.” (PEPPER, David, 2000, p.166).

Reconhece-se que a noção moderna de natureza é de que esta é objeto, separada da humanidade, seu recurso:

“A ascensão da ciência clássica aparece assim particularmente associada com a ascensão dos valores seculares: noções de progresso e liberalismo que iam aumentando para observar a natureza como algo a ser controlado e manipulado para fins utilitários e materiais.” (PEPPER, David, 2000. p: 193).

Para Pepper (2000), algumas ideias conviveram com as concepções modernas e as negaram, como o movimento romântico, que para ele, tinha no “anti-urbanismo” (PEPPER, 2000) uma de suas principais características.

Todavia, pode-se afirmar que alguns aspectos da “natureza moderna” prevalecem na atual cidade de São Paulo. Seabra (1987), ao pensar a constituição da cidade a partir de seus principais rios, fornece exemplos de como determinadas visões produziram a urbanização, a partir do que se transmitem transformadas através dela.

Um período na história é aquilo que se convém reunir enquanto período a partir do entendimento da articulação de diversas características. Se nem sempre isso ocorre, no trabalho de Seabra (1987), ao menos, se constrói uma visão histórica a partir de um método geográfico. As sucessivas geografias da cidade, que expressam a relação das pessoas com o território em transformação, revelam a presença da “Natureza” no cotidiano urbano. A forma dessa presença pode ser pensada em função de ideias apresentadas por Pepper (2000) e assim, faz-se o esforço de abordar os processos inerentes à constituição da cidade de São Paulo em meio à transformações mundiais. Tais como a emergência daquilo que se convém chamar “ciência moderna”.

A “ciência moderna, ou ciência dominante”, é presente nas relações humanas comuns, da vida diária; não apenas no campo acadêmico, que é a área de atuação do cientista profissional, ou seja, é o saber (de estar ciente) na forma legal do trabalho.

Nesta pesquisa, considerou-se o “trabalho” como forma majoritária das atividades humanas no modo de produção capitalista.

“O tecnocentrismo constitui o conjunto das atitudes oficiais dominantes em relação à natureza e às questões ambientais, na sociedade ocidental moderna. Não coloriu apenas a perspectiva dos grupos sociais mais poderosos, mas também originou aquilo que parece à maioria de nós como <<senso comum>>. Essencial à sua perspectiva de que os problemas ambientais devem ser abordados e manuseados científica, objetiva

e racionalmente, é a concepção da natureza como uma máquina, fundamentalmente separada dos seres humanos, que uma vez compreendida fica aberta ao controle e à manipulação. As origens desta perspectiva são surpreendentemente recentes e restringem-se especialmente ao Ocidente. Baseiam-se na revolução científica do século XVI ao XVIII, que foi concomitante com os princípios do capitalismo industrial.” (PEPPER, David, 2000, p.165).

1.2 Ciência separada da natureza, humanidade separada da terra:

Ao pensar as concepções de natureza pré-modernas e modernas, Pepper (2000) aborda a formação de um campesinato sem terra na Europa:

“No fim do século XV, o feudalismo clássico estava a desaparecer rapidamente e um campesinato sem terras começava a surgir. O esforço para retirar os camponeses das terras, de modo agrupá-las, foi acelerado com a ascensão da indústria flamenga de lãs, tornando a criação de ovelhas e a exportação de lãs uma fonte mais segura de dinheiro e de poder do que a agricultura.” (PEPPER, David, 2000. p: 206).

O momento histórico mencionado acima demonstra uma situação em que a agroindústria exportadora exclui a terra enquanto elemento direto do labor, da atividade humana, e da experiência geral de uma dada população. Se a apropriação da terra enquanto propriedade “oficial” através dos cercamentos é pontual na acumulação primitiva, sua exclusão da vivência diária se dá repetida e indefinidamente, num processo continuado de desapropriação.

A população desterrada característica do meio urbano teve surgimento, na Grã-Bretanha, junto à destruição de “florestas” e “charnecas”:

“Ao passo que no século XII, metade da terra na Grã-Bretanha pertencia aos aldeões, e que esta não estava dividida, era trabalhada e gerida por diferentes graus de coletivização; por volta de 1876, uns 0,6 por cento da população detinham 98,5 por cento de terra em Inglaterra e no País de Gales. (Goldsmith et al.,1992,p132).(…). Desta maneira, nos séculos XVIII e XIX, grandes quantidades de charnecas e de floresta foram destruídas, e foi criado um proletariado urbano desapossado, pronto para servir ao sistema industrial emergente necessário ao capitalismo. Goldsmith et al. Consideram que este processo ainda continua hoje em dia em todo o mundo como resposta ao sentido expansivo inerente ao capitalismo, com consequências similares para estabilidade ambiental e justiça social.” (PEPPER, David, 2000. p: 207 e 208).

O trecho acima faz referência ao contexto da Lei Geral de Fechamento de terras de 1845 na Inglaterra.

“No Brasil, ilustra bem esse processo a combinação da Lei de Terras de 1853 com os programas de imigração de europeus (especialmente italianos e portugueses) e japoneses para as lavouras de café no Estado de São Paulo, uma vez que, numa situação de abundância de terra, era preciso instituir os limites concretos do acesso a terra. Aqui o Estado orientou o processo.” (SEABRA, Odette, 1987, p.19).

A abundância relativa de terra deve-se, em grande parte, à alta mortalidade imposta às populações pré-cabralinas, como destacado por Dean (1997) na obra “A Ferro e Fogo”.

Os trechos destacados de Seabra (1987) e Pepper (2000) revelam que no âmago do atual modo de produção está a efetiva separação espacial entre a terra e a maior parte da população. Evidente que a separação física “absoluta” entre terra e população não ocorre. Na cidade de São Paulo, as possibilidades de tal separação compactam a população em grandes densidades. Em vários momentos o limite versa sobre a máxima da Física, de que “dois corpos não ocupam o mesmo lugar”.

Fotografia 1. Metrô lotado.



Fonte:

internet.¹

Se os corpos encontram-se “confinados” no espaço, o alcance de seus sentidos também será afetado. O efeito do urbano sobre o alcance dos sentidos e pensamentos

¹ Fotografia 1. Disponível em: <http://www.imparesonline.com.br/2014/07/e-o-metro-continua-problematico-o-gdf.html>. Acesso em Novembro de 2015.

humanos é imprevisível; pode resultar na supressão de capacidades ou no surgimento de outras novas. Neste momento pensaremos algumas limitações impostas.

O confinamento da experiência da terra, da paisagem e da cidade em suas dimensões de mercadoria é discutido por Pepper (2000) e Seabra (1987):

“A terra assim como outros recursos naturais também se tornaram mercadorias avaliadas principalmente, embora não exclusivamente, pelo seu valor mercantil. Hoje em dia é não só a terra como também a paisagem que, com a história, é embalada e comercializada no turismo e na <<indústria>> do patrimônio histórico.” (PEPPER, David, 2000. p: 206).

“Em consequência do desenvolvimento de uma economia urbano-industrial impôs-se o domínio de relações abstratas na qual o dinheiro tem sua forma mais mediata, imediata e concreta.” (SEABRA, Odette, 1987, p.4).

De que maneira o processo de apropriação da natureza na cidade de São Paulo revela conteúdos globais? De que maneira produz e define-se a partir de determinadas visões de “Natureza”?

“A drenagem dos pântanos acelerou a partir do século XVII. Merchant (1982) descreveu o resultado da distribuições dos ecossistemas das terras húmidas, estilos de vida e ocupações, como <<um notável exemplo dos efeitos da primeira agricultura capitalista na ecologia e nos pobres>>. Da mesma forma como o <<melhoramento>> do solo, a drenagem dos pântanos beneficiou principalmente as classes ricas e favorecidas.” (PEPPER, David, 2000. p: 207).

“Durante três décadas os trabalhos de engenharia aplicados na retificação foram também redefinindo as possibilidades de uso dos terrenos das várzeas e induziram a uma sobrevalorização das propriedades ribeirinhas. Mas as retificações são apenas uma etapa do processo geral de transformação das várzeas. A montagem do sistema viário teria um efeito análogo no que se refere à criação de novas possibilidades de uso dos terrenos marginais, como também em relação à elevação das rendas fundiárias.” (SEABRA, Odette, 1987, p.5).

Gradualmente, instâncias relativas à circulação da produção geral se acumulam na cidade. Isto se dá nos produtos nas prateleiras de supermercados e lojas (muitas delas especializadas) e nas feiras, e também na organização consciente da disposição material das atividades produtivas (caso dos prédios de escritórios, de gestão pública e por que não, de conhecimento científico- lugares onde se organiza a circulação em diversos

aspectos e níveis-). A atual conjuntura profissional da ciência pode tanto destacar proposições de cientistas profissionais (aqueles que trabalham legalmente no ramo da ciência acadêmica) quanto torná-las menos valorizadas pelo mercado.

Importante apontar que se considera aqui qualquer etapa do processo produtivo como momento de circulação (e vice-versa). A cidade reúne centros de decisão e comércio de toda esfera produtiva, ainda assim, a vida diária é distante de quase tudo que se produz, literalmente.

A alimentação, que será sempre fundamental em qualquer modo de produção, cultura ou civilização, exemplifica muito bem essa especificidade da urbanização capitalista.

A população que não trabalha diretamente com a produção de alimentos simplesmente não vivencia os processos relativos a produtos alimentícios. Não tem experiência alguma na obtenção daquilo que é mais básico para sobreviver. Não é arriscado dizer que a maioria possa julgar o valor de um alimento sem ter tido qualquer envolvimento na produção do mesmo (excluindo-se o momento produtivo do consumo).

O julgamento de valor sem experiência ou envolvimento é a sensação (apreensão pelos sentidos) de quase todo produto social. Em outras palavras, como é possível atribuir valor às coisas sem conhecê-las?

Talvez, neste modo de agir vigore a “ciência moderna” tal como pensada por Pepper (2000). Para o autor, esta forma de ciência clama veracidade pela objetividade do dado universal. Esta universalidade, por sua vez, consiste na abstração da experiência subjetiva, reduzindo-se àquilo que seria, para Galileu, o “mensurável”. Assim, a sensação de quase tudo que se produz limita-se a diversas formas de discurso matemático. A mídia, certamente, busca autoridade na aparência sóbria de compilações de dados numéricos. O dinheiro confirma a impressão de que os números bastam para conhecer e possuir o mundo.

Alguns dados numéricos serão importantes nesta pesquisa. Mas, cabe pensar-se a dimensão da informação matemática na experiência cotidiana. A ficção econômica “supre” a carência do processo produtivo de nós mesmos em nossas próprias vidas. Toma o lugar da experiência subjetiva sob o pretexto de uma verdade objetiva, numérica. Isso como se um enunciado numérico, por mais abstrato que seja o número,

fosse mais “mensurável” pela simples natureza matemática. Como se ao medir a realidade fosse prudente excluir os demais sentidos humanos. Nessa análise, o superávit econômico é expressão irrefutável do enriquecimento de um país.

Na cidade de São Paulo, ainda que o fenômeno da urbanização não possa ser explicado em sua totalidade pela “urgência exportadora” e nem sequer pela história do capitalismo, certamente, pode-se afirmar que a política econômica vigente nos últimos séculos é responsável pela ausência da Mata Atlântica na vida diária dos habitantes. Isto não representa somente a ausência daquilo que hoje é bucólico. Mas sim, que o paulistano, de maneira geral, desconhece a Mata fora de sua função decorativa. No máximo reconhece que a floresta pode ter relevância na saúde do ar e da água. Todavia, poucos tem experiência subjetiva com a mata, memória.

Seabra (1987) recusa a busca por “um paraíso perdido” . Mas não faz sentido algum pensar-se no “paraíso perdido”?

Pois, ao construir o mundo, a humanidade não determina somente as presenças e ausências dentro de uma infinidade de objetos, mas também, condiciona a experiência subjetiva da terra (experiência da qual derivam qualidades subjetivas, como a felicidade, o paradisíaco).

Assim, pode-se afirmar que o habitante de São Paulo (ou a maior parte desses) pensa a importância e valor da Mata Atlântica sem ter experiência com a mesma, ou ao menos, sem tê-la experimentado enquanto elemento próximo, familiar aos sentidos (aqui me refiro tanto ao olfato, visão, paladar, tato e audição, quanto à razão e às emoções). Penso que seria equivocado afirmar que a razão não é um sentido, pois através dela coisas são percebidas e sentidas. Assim, sua exclusão do campo dos sentidos pode servir a ilusão de que certos pensamentos (os racionais) estão imunes à subjetividade humana. Estes pensamentos racionais encontrariam dados objetivos, portanto verdadeiros, os fatos do universo exteriores a nós, que existem de maneira independente de nossas crenças.

Nessa conjuntura, é normal que um habitante urbano conheça a terra do restante de seu país como um fenômeno distante já bem encaminhado pela eficácia “científica” do “Estado” e da indústria. Ao menos no caso brasileiro, são constantes as propagandas reforçando essa concepção. O possível efeito da propaganda certamente é intensificado

pelo desconhecimento prático, o exemplo do período militar sintetiza “Estado” e indústria de maneira explícita:

Imagem 1. Propaganda no período de ditadura militar.



Fonte: Internet.²

Na imagem, as terras “lendárias” do interior aparecem ocupadas por grandes obras de engenharia e pecuária. O avanço tecnológico é associado, no senso comum, ao desenvolvimento capitalista. Todavia, muitos impactos da agroindústria sobre os recursos hídricos não são exibições louváveis de domínio técnico sobre o meio. Será a ciência humana realmente capaz de fazer da natureza a melhor fonte de recursos objetivamente possível? Ou então, será essa mesma ciência incapaz de gerir as próprias intervenções humanas (incontroláveis, somam-se ao escopo do selvagem)?

Ao nível nacional, o “melhoramento dos solos” (PEPPER, p: 207) teria um efeito catastrófico para áreas expressivas do Cerrado.

Pode-se citar a entrevista de Altair Sales Barbosa, professor da PUC Goiás e idealizador do “Memorial do Cerrado”, ao “Jornal Opção”. Barbosa refere-se, dentre outras coisas, à “correção” dos solos e à substituição da vegetação original por espécies

² Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com.br/2009/04/cheega-de-lendas-vamos-faturar.html>. Acesso em Março de 2016.

importadas da África e da Austrália, como imposição da criação de gado (principalmente) no Cerrado.

Para ele, o bioma do Cerrado, mais antigo – e especializado- entre os ambientes da história natural recente do planeta, é uma “floresta invertida”, pois apesar de ser pouco denso acima da superfície, apresenta um sistema radicular complexo abaixo dela.

Este sistema radicular, ainda segundo Barbosa, possui importante função na alimentação dos lençóis freáticos. O Cerrado, por sua vez, alimenta importantes áreas: como o Pantanal, o Aquífero Guarani e a bacia do Amazonas (perto da foz, mas com volume significativo). Todavia, com a “correção” dos solos por calcário e a instalação de espécies estrangeiras (gramíneas de raízes curtas), dentre outras coisas, ocorre um desequilíbrio do bioma. Este desequilíbrio impossibilita a reprodução da vegetação nativa e resulta em consequências visíveis nas bacias hidrográficas conectadas ao Cerrado, nas quais o desaparecimento de rios é de constante observação.

Um dos exemplos da alta especialização do bioma (Cerrado) e da dificuldade em restaurar seu equilíbrio é que sementes de *Araticum* (*Annona crassiflora*), por exemplo, só tem sua dormência quebrada no intestino de canídeos locais, como o lobo-guará ou a raposa do campo. Outro fator que dificulta a recuperação do bioma é a forte dependência de solos oligotróficos, característica reforçada pelas queimadas naturais e contrariada pelo enriquecimento artificial dos solos.³

Girollo (2013) evidenciou as diminuições de infiltração de água em vertente do Rio Jacareí, na Serra da Mantiqueira, em função da criação de gado. Considerou, além da substituição da vegetação original, a compactação do solo causada pelo pisoteio. A diminuição da infiltração superficial, além de prejudicar o abastecimento dos lençóis freáticos, acelera os processos de erosão à jusante.

“Os resultados evidenciaram que as perturbações geomorfológicas e pedológicas criadas pelo rebanho bovino são intensas e de diversos tipos. O caminhar do gado também promove a exposição do solo, visto que dificulta ou impede o crescimento da pastagem, pois ao compactar o solo, gera resistência a penetração superior ao limite de crescimento

³ Entrevista de Altair Sales Barbosa. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso em Outubro de 2014.

radicular. A compactação do solo é mais profunda que o horizonte A e, em solos pouco espessos, como o neossolo estudado nessa pesquisa, o terracete de pisoteio de gado tem um limite físico para a sua profundidade a rocha parental.” (Giroldo, 2013, p.1).

A “drenagem dos pântanos” (PEPPER, p:207), ao menos no que se refere aos brejos paulistanos, não equivale a eliminar a água que em seus ciclos não inteiramente mapeados torna certas regiões mais ou menos úmidas. Ciclos não inteiramente mapeados, visto que as “ciências naturais” também são processos sujeitos a transformações. Estão as ciências menos separadas de seus objetos do que sugere a vocação científica ao controle?

Dean (1997) aponta que muito conhecimento sobre a “Mata Atlântica” perdeu-se com o extermínio de culturas pré-cabralinas. Pode-se pensar também no conhecimento que deixa de existir a partir das limitações urbanas à experiência humana da terra. O conhecimento perdido pela separação entre população e terra. Nesse contexto, a “ciência” que se tem sobre a “Natureza”, em grande parte, limita-se ao âmbito profissional acadêmico e às apropriações “oficiais” dessa primeira instância pelo Estado e pela estética capitalista (como em propagandas de veículos que reivindicam eficácia tecnológica, ou em telejornais que divulgam dados “científicos”).

Não que todas as ciências (aqui disciplinas, ramos de pesquisa) encontrem suas concepções absolutamente esterilizadas pela cultura vigente, contudo, é considerável que a ciência, assim como as demais atividades sociais, possua um corpo fragmentado e assim, frequentemente, desmembrado de nexos.

Isto se dá pela fragmentada relação das atividades humanas com a terra (e não apenas pela fragmentação da ciência em disciplinas). Numa perspectiva ampliada do trabalho, que não se limita ao tempo legalmente atribuído como trabalho, é a relação das pessoas com a “Natureza” que baseia-se no rompimento de conexões.

1.3 Ciência, “Estado” e a experiência urbana da “Natureza” em São Paulo:

O “Estado”, nesta pesquisa, refere-se mais diretamente ao aparelho constituído pela ação conjunta do governo (em distintos níveis administrativos) e das empresas capitalistas. Pode-se admitir que o “Estado” não se limite, na realidade, às instituições oficiais e nem sequer à junção destas com interesses particulares; pois, afinal, onde

começa e termina o “Estado”? É externo ou faz parte do corpo e da consciência? Uma definição ampla sobre o “Estado” é de que este é “o modo de ser da sociedade”. Entrementes, é proveitoso nesta altura situar-se o Estado entre os níveis oficiais administrativos (prefeitura, governo estadual, polícia militar, subprefeituras) e as empresas diretamente ligadas a estes níveis (como a SABESP).

O Estado se reivindica científico e esse fato é evidente em sua propaganda; como apontam algumas imagens aqui selecionadas.

Pepper (2000), ao analisar premissas da ciência Baconiana e de Descartes fornece exemplos de pensamentos relevantes globalmente muito bem situados junto às ações nos principais rios de São Paulo; desde sua funcionalidade ao fornecer areia e pedregulhos, até as profundas alterações promovidas pela instalação do complexo hidrelétrico de Cubatão, como a reversão do curso do rio Pinheiros.

“Consumou-se o complexo hidrelétrico de Cubatão e definiu-se uma série de problemas do escoamento superficial do Tietê na cidade de São Paulo” (SEABRA, Odette, 1987, p.251).

Para Pepper (2000), Bacon e Descartes são autores que reúnem premissas básicas da ciência moderna:

“Merchant (pp.179-90) não tem nenhuma dúvida acerca das perspectivas de Bacon sobre as classes oprimidas e as patriarcais, as quais se inseriam, elas próprias, na sua visão rudimentar de uma utopia científica no livro *New Atlantis*. Nele, Bacon colocou o progresso nas mãos dos machos técnicos e científicos. Enquanto isso, Descartes escreveu sobre tornarmo-nos nós próprios <<amos e possuidores da natureza>>. Estas atitudes reforçaram as tendências em direção ao desenvolvimento e progresso inerentes ao capitalismo primitivo... Os constrangimentos contra a penetração associados à imagem da Terra-Mãe foram transformados em consentimentos de desnudação.” (Merchant, pp. 185,190, apud: PEPPER, David, 2000. p: 212).

Estas “atitudes”, que no texto de Pepper associavam-se ao desenvolvimento do capitalismo primitivo, são de constante observação na relação da cidade de São Paulo com seus principais rios e num contexto mais amplo, com sua própria natureza. De fato, a pesquisa de Seabra (1987) revela personagens masculinos em grandes empreitadas de

engenharia sobre os lucrativos rios; possuidores autodeclarados dessas sínteses hídricas da paisagem.

Em alguns momentos, as ações de urbanização paulistanas fazem justiça às idealizações de autores clássicos do pensamento científico, em outros momentos, no entanto, as contradizem.

Neste trabalho, o termo “Ciência” refere-se a todo corpo social da ciência, enquanto uma força material presente nos pensamentos e práticas, na fé.

Na obra “Cem Anos de Solidão”, Gabriel Garcia Márquez atribui como característica de “Aureliano Buéndia” sua “superstição científica”. Essa qualidade de um personagem fictício sugere a real amplitude da ciência. Para alguns autores, a ciência é plenamente uma ferramenta de dominação, contudo, é certo que cientistas (profissionais ou não) e pensamentos científicos possam contrariar a tendência geral da “ciência” enquanto tecido multiforme que permeia momentos distintos da sociabilidade e da percepção individual.

“A ciência foi, desde o princípio, uma ferramenta para promover os interesses de alguns indivíduos, classes e nações- e, no fim, uma cultura particular – em detrimento de todos os outros. Atkinson cita *The Abolition of Man* (1947) de C.S Lewis: <<O que chamamos poder do homem sobre a natureza é afinal um poder exercido por alguns homens sobre outros homens, com a natureza como seu instrumento>>. Isto significa que a ideologia do poder sobre a natureza (a doutrina baconiana) pode não refletir os interesses de todos, como Bacon encarava, mas, em vez disso, servir os interesses materiais investidos das elites minoritárias.” (PEPPER, David, p.212, 2000).

O trecho destacado acima afirma que Bacon acreditava que o progresso científico fosse do usufruto geral, mas que no limite, sua própria “ciência” não era por ele controlada e assim, a “doutrina baconiana” haveria se tornado uma ferramenta de dominação, essencialmente.

“O fim da nossa fundação é o conhecimento das causas, o secreto movimento das coisas e o aumento das fronteiras do império humano para a eficácia de todas as coisas possíveis (Bacon, *New Atlantis*)”. (apud: PEPPER, David. p. 189, 2000).

“Porque todo o mundo trabalha em conjunto ao serviço do homem; e não existe nada a partir do que ele faz que não derive em usos e ganhos. De tal forma que todas as coisas parecem ir pela mão do homem e não por si próprias. (Bacon, *De Sapientae Veterum*).” (PEPPER, David. p. 189, 2000).

Pepper (2000) aponta, ainda, que estes argumentos eram excelentes para sustentar uma “jovem geração de cientistas profissionais”, o que destaca a ligação entre o conteúdo dos saberes e a forma pela qual são cultivados; que equivale ao modo de produzi-los socialmente.

Bacon afirma que a proposta de sua fundação é conhecer “as causas, o movimento secreto das coisas”. Isto visava “o aumento do império humano para a eficácia de todas as coisas possíveis”. É interessante notar como o processo de urbanização de São Paulo contradiz constantemente a “possível eficácia de todas as coisas”. Aqui, o “império humano”, em séries de exemplos banais, mostra sua competência em ser ineficaz ao apossar-se da natureza. Em 2015, a “crise hídrica”, com racionamento de água em parte expressiva da cidade, coexiste com projetos para dar conta da vazão de água em diversas partes urbanizadas (como nos “piscinões”). O exemplo do tirador de água que levava sua garrafa de água para passar o dia no rio apenas ampliou-se:

“Cozinhava no próprio barco, ali mesmo comia. Enquanto fosse dia claro de lá não saía. Quando tinha Lua tirava areia também à noite. Até 1935 ou 1936 os que tiravam areia no Tietê usavam a água do rio para beber e fazer comida. Depois de 1935 ou 1936 com a fábrica de Nitroquímica em São Miguel, a água ficou ruim e os peixes sumiram. *Eu levava a minha água para ficar o dia inteiro no rio*”. “Depoimento do Sr. José de Jesus, tirador de areia, no Rio Pinheiros e no Rio Tietê.” (SEABRA, Odette, 1987, p.63).

A SABESP logrou enormes lucros ao controlar os recursos hídricos da cidade, mas diante de variações climáticas já bem conhecidas pela ciência (pode-se dizer isso das estiagens relativas de São Paulo e das variações climáticas que duram alguns anos; como àquelas induzidas por ciclos solares cuja periodicidade pode variar de anos a décadas) não soube esconder a má-gerência do recurso; ainda que possa ter tido sucesso em algum nível ao culpar as variações climáticas pela “escassez” do mesmo. A premissa da escassez “natural”, certamente, muito serviu para escamotear misérias produzidas

socialmente. Como se a sociedade adquirisse esta única característica possível na natureza monótona: de iniquidade e dificuldade perene.

Tabela 1: Rentabilidade da SABESP.

Em R\$ - Valores corrigidos até março 2014 IGP-DI	Lucro líquido	Lucro líquido corrigido	Patrimônio líquido	Rentabilidade
2005	865 mi	1,4 bi	8,5 bi	10,21%
2006	778,9 mi	1,2 bi	9 bi	8,64%
2007	1 bi	1,5 bi	9,8 bi	10,72%
2008	63,5 mi	85 mi	9,5 bi	0,67%
2009	1,3 bi	1,9 bi	9,5 bi	14,39%
2010	1,6 bi	2 bi	9,7 bi	16,84%
2011	1,2 bi	1,4 bi	10,5 bi	11,60%
2012	1,9 bi	2,1 bi	11,7 bi	16,32%
2013	1,9 bi	2 bi	12,9 bi	14,88%

“Os lucros de 2005 a 2013 dariam para construir seis vezes o Sistema Produtor de Água São Lourenço, cujas obras tiveram início somente em 10 de abril deste ano. São Lourenço irá ampliar a capacidade de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. A obra ficará pronta apenas em 2019. O investimento total previsto é de R\$ 2,21 bilhões.” Fonte da tabela 1 e do texto acima: Internet⁴.

É possível dizer que o patrimônio “líquido” da SABESP estabeleça um poder socialmente aceito suficiente para recuperar amplas áreas importantes para a obtenção de recursos diversos: desde água até áreas de convívio. A recuperação de algumas áreas poderia também possibilitar o uso agrícola das mesmas por parte da população, visto que a área urbana e os arredores da cidade de São Paulo inserem-se no contexto extremamente variado e rico da Mata Atlântica. A preservação (ou recuperação) dos sistemas naturais originais (concebidos na medida do possível após a ação humana) é capaz de agregar uma grande biomassa articulada pela relação equilibrada entre a vegetação, o clima e os solos. Todavia, a expulsão de certos recursos parece ser fundamento do meio urbano.

“É no final do século XIX que mais claramente a cidade de São Paulo começa aparecer como local de vida propriamente urbana, como lugar a partir do qual se define

⁴ Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/governo-alkmin-embolsa-50-dos-lucros-da-sabesp-e-ainda-reduz-investimentos-em-agua.html>, acesso em Outubro de 2015.

uma unidade de vida social que integra e opõe o rural e o urbano.” (SEABRA, 1987, p.32).

O meio urbano, assim, expulsa a evidência da natureza cultivada (rural). Nesse contexto de dissimulação a água é ao mesmo tempo “lixo” que não tem onde ser depositado e um recurso natural precioso. A publicação no portal da prefeitura aborda o “lixo” abundante:⁵

“Aberta licitação para execução de projetos de drenagem. Dando continuidade ao programa de obras de combate as enchentes na cidade de São Paulo. A Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, SIURB, publicou no dia 29/10/2015, no Diário Oficial a abertura da licitação para execução de projetos básicos de drenagem para os seguintes locais: avenida dos Sertanistas (Jardim São Francisco, Sapopemba, zona leste), rua Antenor Baptista (Vila Barbosa, zona leste), Córrego Poli (próximo a avenida Engenheiro Eusébio Stevoux, Santo Amaro, zona sul), Complexo Viário Paulista, faz a ligação entre as avenidas Paulista, Rebouças e Dr. Arnaldo (Sé, região central) e rua Augusto Farina (Butantã, zona sul). A concorrência número 008/15/SIURB, processo administrativo nº 2015-0.041.527-4, tem prazo para consulta e aquisição a partir de 04 de novembro, e a assinatura do memorando caução é até o dia 07 de dezembro. (...)Texto: Maria Regina Nogueira - jornalista Mtb 19271” Fonte: Site da prefeitura de São Paulo.

Já a notícia extraída da internet, cita o premio recebido pelo governador paulista por gerir o “escasso” recurso durante a crise:

“O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse nesta quarta-feira (23) que irá a Brasília receber um prêmio da Câmara dos Deputados pelo seu trabalho à frente da Sabesp e da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos: “Modéstia à parte, é merecido”, “disse Alckmin sobre a premiação durante reunião dos Conselhos Comunitários de Segurança da Grande São Paulo (Consegs), na região Central de São Paulo”. “O estado passa, desde o ano passado, pela maior crise hídrica de sua história. O prêmio não é para mim, mas para toda população de São Paulo, e ao esforço feito pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela Sabesp. São Paulo é hoje um modelo para o Brasil do ponto de vista de recursos

⁵ Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/obras_de_drenagem/corregos/index.php?p=206134. Acesso em Novembro de 2015.

hídricos. Por quê? Primeiro, não teve seca só em São Paulo. Teve em 1.500 municípios. O único ente federativo que deu bônus para evitar desperdício foi São Paulo. Nenhum estado, nenhuma prefeitura, nem o governo federal, ninguém fez nada. Nós demos o bônus”, disse.”
Fonte: Portal g1⁶.

O governador ressalta o “bônus”. Trata-se de um desconto na cobrança pelo uso da água nos domicílios que atingissem determinada redução de consumo. Aquele que usar menos água, portanto, é recompensado com pequena economia de poder social na forma de números; um desconto na conta de água. Neste caso, a participação na apropriação do recurso limita-se a uma pequena mudança de hábitos cotidianos, que não muito disfarçadamente aparecem na propaganda do “Estado” como causa da escassez. F
Imagem 2: Anúncio da Sabesp.



Fonte: Blog de Gilson Sampaio⁷.

A água é pouco presente na vida diária (da maioria) enquanto fonte de prazer; o uso “racional” suplica para que o recurso seja utilizado de maneira funcional e econômica (aqui, economia quer dizer pressupor a escassez). É uma ironia que o

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/alckmin-diz-que-premio-sobre-gestao-hidrica-e-modestia-parte-merecido.html>. Acesso em Novembro de 2015.

⁷ Disponível em: <http://gilsonsampaio.blogspot.com.br/2014/12/sao-pedro-nao-tem-aco-es-da-sabesp.html>. Acesso em Março de 2016.

“racionamento” para “economia” de água seja gerido por uma empresa que lucra vendendo água.

“Cabe ressaltar que a Sabesp, criada em 1973 para unir as empresas de água e esgoto do Estado de São Paulo, é uma empresa de capital aberto desde 1994 e atualmente está listada na BM&FBovespa e na bolsa de Nova Iorque. Em 2012, a Sabesp alertou seus investidores, por meio de um relatório anual, dos riscos de falta d’água e comprometimento do abastecimento à população. Isso não se desdobrou, no entanto, em informação do Estado à população(...)”. Fonte: Site da AGB⁸.

A apropriação da água é feita diretamente por moradores em alguns casos: como nas cisternas que captam água da chuva. Numa oficina mecânica em Itapeperica da Serra, por exemplo, a apropriação direta do recurso possibilitou que o mesmo nunca faltasse para a realização de atividades rotineiras; como a limpeza de peças, das mãos e do espaço da oficina.

O exemplo localizado contradiz a “seca”. O depoimento de Pedro Mei (entrevista concedida no dia 01/09/2014), que gerencia a oficina de seu pai, aponta pela constante presença de água na cisterna, mesmo em períodos de baixa precipitação. O discurso do Estado, por outro lado, vangloria-se de ter administrado positivamente um recurso que ainda por um período limitado de seca, se fez escasso. É notório que a obtenção direta de certos recursos por pequena parte da população não situa estes habitantes fora do espectro majoritário das dinâmicas políticas e territoriais. Ainda assim, tendências majoritárias como o capitalismo coexistem com momentos e lugares que as contradizem e que por vezes, são a melhor forma de estudar a própria tendência geral.

A experiência direta, por sua vez, permite o labor pessoal, a sensação imediata, na apropriação de recursos geralmente distribuídos em gigantesco volume e através de grandes distâncias.

O município de Barueri, por exemplo, para lidar com água e esgoto, requer 690 quilômetros de redes de encanamentos complexos (e de custosa manutenção, pois

⁸ Disponível em: <http://www.agb.org.br/index.php/77-secao-local/secao-local-de-campinas/131- crise-hidrica-uma- crise-politica>, acesso em Março de 2015.

geralmente essas estruturas estão enterradas abaixo do asfalto). Sendo a área do município de 64 KM². A separação entre moradas urbanas e os recursos dos quais dependem gera perdas e complicações inevitáveis na distribuição de água e alimentos.

“Barueri tem a quase totalidade de suas vias com pavimentação asfáltica (99,9%). A extensão da rede de água é de 420 quilômetros, abrangendo toda a área do município, e a extensão da rede de esgoto é de 270 quilômetros.” Fonte: Site da prefeitura de Barueri⁹.

A apropriação direta da natureza é conhecimento de campo; distinto da experiência geral urbana em que a água existe a partir da torneira. Se a tendência maior da produção social da natureza é de estabelecer atividades fragmentadas e que ocorrem mais ou menos escondidas umas das outras, é possível dizer que a apropriação da água ou de alimentos produzidos em hortas urbanas (para ampliar o exemplo) contradiz, em alguma medida, o sentido geral da relação com a “Natureza”. Isto não significa dizer que tais atitudes contem em si a subversão total das práticas mais comuns.

O importante é apontar que as “práticas comuns” são sistematizações e atribuições posteriores ao fenômeno propriamente dito, que carrega em si aspectos diversos e por vezes opostos ao que convém chamar-se de padrão.

⁹ Disponível em: https://www.barueri.sp.gov.br/comum/materias/dados_gerais.aspx. Acesso em Outubro de 2015.

Imagem 3: Anúncio da Sabesp.

Uso racional da água. Vai colaborar ou vai lavar as mãos?



Fonte: Site do grupo Riema¹⁰.

É interessante notar-se, que na imagem publicitária da SABESP, destaca-se que o labor comum (ou colaboração) de certos recursos é organizado pelo “Estado”. A apropriação de um recurso vital pela figura cheia de razão do “governo”, cuja profissão dos membros consiste exatamente em gerir o bem comum: o Estado seria dotado dos melhores instrumentos da razão científica, devendo, assim, dirigir com a maior eficácia a disponibilidade dos recursos básicos. O contrario do labor comum através do Estado, então, seria lavar as próprias mãos?

“A racionalização dos processos de circulação, com a criação de vias de transito rápido, é cada vez mais necessária, segundo a lógica que preside o processo de produção social. Pois, o tempo de circulação é também tempo de produção. Por isso, observa-se que esse conjunto de atividades “modernas”, tais como as acima descritas, tendem a implantar-se nos limites externos das regiões metropolitanas, procurando em regra, localizações lindeiras às auto-estradas. No entanto, na região

¹⁰ Disponível em: <http://gruporiema.com/sabesp-amplia-bonus-a-consumidor-que-economizar-agua/>. Acesso em Novembro de 2015.

metropolitana de São Paulo, esse conjunto de atividades tem podido implantar-se no seu interior, exatamente porque as terras das várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, só começaram comportar usos urbanos quando o país passava por uma fase de modernização, derivada da implementação do Plano de Metas, ao final dos anos cinqüenta. A cidade crescia desde o começo do século para além Tietê, mas os baixos terraços e as várzeas somente poderiam ter usos urbanos após os trabalhos de drenagem, que se efetivaram na década de sessenta.” (SEABRA, Odette, 1987, p.8).

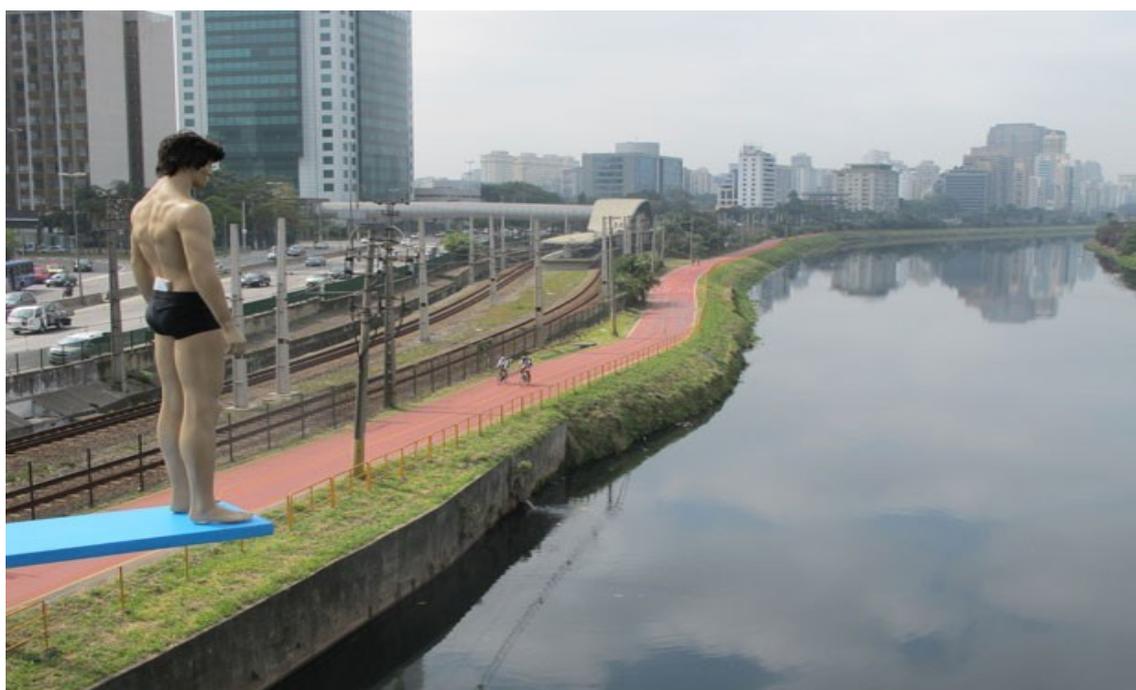
No trecho acima, a autora destaca a localização das vias de transito rápido em meio à cidade, exceção à regra, em que vias de circulação rápida possuem “localizações lindeiras às autoestradas” (SEABRA, 1987). Isto pode ocorrer, pois os usos urbanos só realizaram-se nos baixos terraços e várzeas após drenagem, efetivada na década de sessenta do século passado. O uso urbano parece contrariar a várzea na medida do possível: suas sugestões curvas e irregulares são diminuídas pela retificação, pela imposição do tráfego diário ao lado dos rios que contra este não devem rebelar-se. Esta geografia não induz à contemplação: as atuais imposições humanas aparecem como única natureza possível, a necessidade de circulação intensa, “vigor econômico”, no senso comum, é necessidade “biológica” da cidade.

Fotografia 2: Intervenção artística.



Fonte: Portal G1.¹¹

Fotografia 3: Intervenção artística.



Fonte: Portal G1.¹²

Na primeira imagem, o Rio Pinheiros parece perfeitamente retilíneo até o horizonte. Na segunda imagem, suas curvas se mostram. As fotos registram visões de

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/rio-pinheiros-ganha-novos-saltadores-em-trapolins.html>, acesso em Setembro de 2015.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/rio-pinheiros-ganha-novos-saltadores-em-trapolins.html>, acesso em Setembro de 2015.

trechos do rio que opõe-se a partir da Ponte Cidade Universitária, à época de intervenção artística que questionou o caráter da presença dos rios na vida diária urbana.

Os bonecos foram colocados por Eduardo Srur, artista plástico que nomeou a intervenção como “As Margens do Rio Pinheiros”. A reportagem que apresentou as fotos dos bonecos também afirma:

“O tema poluição já foi retratado em outras intervenções do artista. Em 2006, caiaques tripulados por manequins foram colocados nas águas do mesmo Rio Pinheiros. Já em 2008, 20 esculturas infláveis gigantes, em forma de garrafas PET, foram depositadas no Rio Tietê. Além destas, o artista também foi responsável por colocar uma carruagem imperial na Ponte Estaiada em 2012. Na ocasião, afirmou que era uma forma de protesto contra os grandes congestionamentos de São Paulo.” Fonte: Portal G1.¹³

A reportagem afirma que os temas tratados pelo artista são “poluição” e “congestionamento”. De fato, as intervenções mencionadas podem sim ser relacionadas aos temas da poluição e do congestionamento. Entretanto, a escolha de uma “carruagem imperial” na Ponte Estaiada (cartão postal planejado) pode ser relacionada à cidade que segrega-se através do planejamento e da “requalificação” de áreas. Bem como os bonecos em trajes de banho não simbolizam apenas a poluição do rio, mas a impossibilidade de incorporá-lo como bem público em práticas diárias.

A proposição acerca das revoluções agrícola e industrial resume em parte a função dos rios em São Paulo, que passaram de espaço lúdico ao “obstáculo histórico” mencionado por Seabra (1987):

“As revoluções agrícola e industrial do século XVI em diante, que a maioria associa à transição para o capitalismo, viu a interpretação tecnocêntrica do ambiente tornar-se sua.” (PEPPER, David, 2000. p: 208).

A “necessidade técnica” (num espectro bem delimitado da técnica-que em São Paulo foi um conhecimento de engenharia-) reduz a paisagem da “natureza natural” (SEABRA, 1987) aos relatos remanescentes e as revoltas periódicas da natureza

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/rio-pinheiros-ganha-novos-saltadores-em-trampolins.html>, acesso em Setembro de 2015.

incontrolável – à qual se devolve a obra humana (a obra humana não pode ser plenamente controlada ou compreendida racionalmente, assim, também é selvagem)-:

“Tanto o Pinheiros como o Tietê circundavam a cidade de São Paulo em movimentos lentos, preguiçosos, por um longo e sinuoso leito repleto de meandros. Construíram, ao longo da própria existência, uma planície de inundação (as várzeas) bastante vasta fazendo e refazendo o seu próprio leito deixando, entre uma e outra cheia, meandros abandonados formando lagos em semi-círculos.” (SEABRA, 1987, p.12).

O urbano é, nesse contexto, uma forma de experimentar a natureza:

“(…)é importante sublinhar aqui que a ascensão da perspectiva científica mundial, para se tornar eventualmente na sabedoria ocidental convencional, não pode ser separada destas mudanças materiais já descritas. Johnston (1989, p.83) descreve como: Merchant insiste em como esta interpretação estava associada com a mudança na forma como as pessoas experimentavam a natureza – igualmente alterada pela máquina tecnológica – com a ascensão do capitalismo.” (PEPPER, David, 2000. p: 209).

Seabra (1987) destaca também a influência das vias marginais expressas no mercado imobiliário, no que se refere à construção de prédios de apartamentos:

“Tem-se, ainda, na atualidade uma dinâmica indústria imobiliária que produz apartamentos residências beneficiando-se da existência de grandes terrenos disponíveis, principalmente no reverso de antigos bairros, podendo usufruir a um só tempo do contexto, ainda que modesto, desses mesmos bairros e de uma circulação viária, de caráter metropolitano eficiente, para o uso do automóvel e com fácil acesso a qualquer localidade metropolitana.” (SEABRA, Odette, 1987, p.11)

O uso das várzeas restrito à circulação de veículos, além de inibir uma infinidade de outros usos, também fomenta o valor de bairros próximos enquanto mercadorias do setor imobiliário. Neste modo de valorização, as características, tradições e especificidades de bairros reduzem-se ao aumento no “valor” especulativo de residências nestes localizadas. Por vezes, esta incorporação de culturas menores – tradições de bairros- pela cultura majoritária (modo de produção) promove tal valorização que expulsa os residentes habituais.

Escritórios privados e públicos dirigem a ocupação de terras que são progressivamente dissociadas da propriedade intelectual da maior parte da população. A dissociação entre a “terra” e a “humanidade comum” (maior parte dos humanos e de suas visões) supera o simples cercamento dos pastos e matas resumido em arames e madeiras: muros entre casas, escolas, clubes e empresas reafirmam na paisagem urbana a noção de uma produção fragmentada do espaço. Neste fragmento, é normal que as decisões à cerca das florestas e zonas rurais não pertençam ao habitante urbano. Parece justo que a racionalidade, pública ou privada (os limites são questionáveis), destine o “vigor selvagem” ou já cultivado de um país ao crescimento econômico; esta necessidade “biológica” da nação que precisa manifestar-se no superávit e na expansão econômica.

Por vezes, qualidades normalmente associadas à “Natureza” são utilizadas para descrever a economia, como na expressão “capitalismo selvagem”. Esse tipo de expressão pode partir do simples entendimento de que as atividades e obras humanas não são controláveis.

Os centros de decisões burocráticas localizam-se freqüentemente na cidade, em especial nas várzeas enterradas (ainda que pulsantes) de um de seus principais rios:

“Na marginal do Pinheiros começa a esboçar-se uma área de escritórios entre a ponte da Rebouças, na Avenida Eusébio Mattoso, e a Ponte da Cidade Jardim. Conta-se ainda, os grandes investimentos da SANBRA, na construção do Centro Empresarial, próximo a Ponte da Avenida João Dias e os investimentos da empresa imobiliária Bratke-Collet S/C Ltda, entre o canal do Pinheiros e a Avenida Luiz Carlos Berrine, nas proximidades da Ponte do Morumbi” (SEABRA, Odette, 1987, p.10)

A área de escritórios, se antes um esboço, hoje é uma das principais ocupações das avenidas citadas e sua ampliação é iminente em outras avenidas, caso da Vital Brasil, próxima a Ponte da Rebouças. Outros trabalhos destacaram os processos de segregação promovidos pela construção de prédios de escritórios. A análise de Fani (2001) a respeito da operação Nova Faria Lima é exemplo geograficamente próximo:

Ao tratar sobre a “Operação Urbana Faria Lima (OUFL)”, Fani (2001) destaca que as mudanças sócio-espaciais induzidas na Avenida pela operação atingiram, sobretudo, os moradores locais, que não mais poderiam arcar com os “valores urbanos”

ali fixados, ao contrário dos prédios de escritórios que progressivamente tomam conta da área. Fonte: Site da Geografia USP¹⁴.

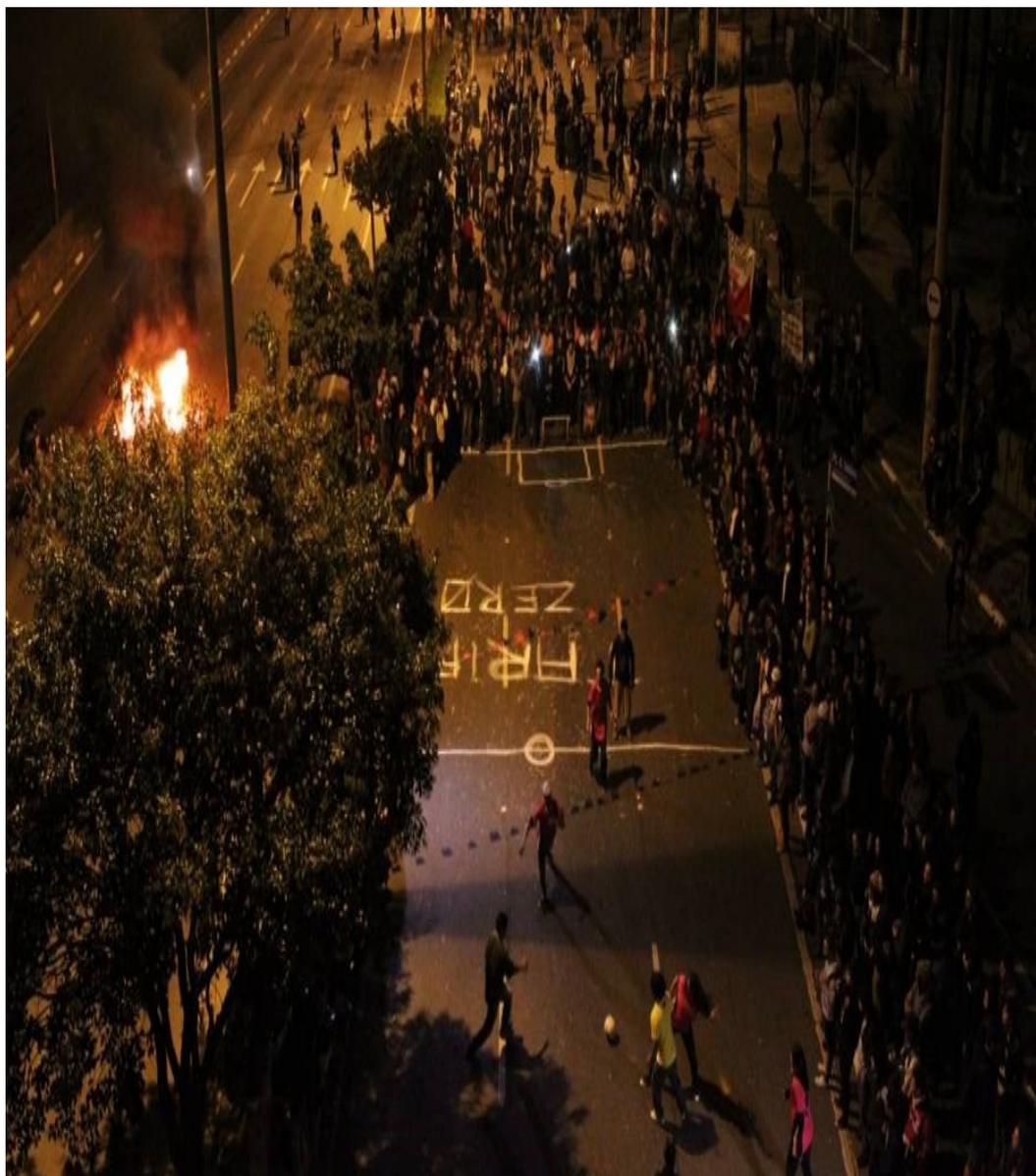
A incorporação das várzeas pelo tecido urbano se mostra como síntese da natureza moderna da cidade e de um grupo restrito de valores edificados na paisagem.

O uso primordial das várzeas enquanto centro de circulação de produtos, pessoas e veículos, dissocia a “natureza natural” (SEABRA, 1987) de amplas possibilidades. A capacidade natural de retenção das cheias é extremamente reduzida (RODRIGUES, 2015). Os potenciais perdidos em agricultura e pesca talvez não sejam reconstituíveis nem no campo das ideias. Campos “naturais” de futebol, áreas adequadas à natação e remo são perdas mais ou menos reconhecidas no imaginário da cidade. Possíveis lugares condizentes com a simples contemplação ou até adequados a confraternizações e tradições populares também são perdas certas de pesos incalculáveis.

Eventualmente, hábitos antigos reclamam sua “natureza”. A foto em questão retrata a Marginal Pinheiros, ao lado da ponte Eusébio Matoso, em ato convocado pelo “Movimento Passe Livre”.

¹⁴ Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/125126.pdf. Acesso em Outubro de 2015.

Fotografia 4: Ato convocado pelo Movimento Passe Livre.



Fonte: Site de jornal.¹⁵

¹⁵ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ato-do-mpl-tem-quebra-quebra-de-agencias-e-concessionaria,1514869>. Acesso em Março de 2016.